



4675899



00135.226740/2023-43



Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa
Secretaria do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa

ATA DA 121^ª REUNIÃO ORDINÁRIA

REALIZADA NO DIA 14 DE AGOSTO DE 2024

Brasília, na data da assinatura.

No dia quatorze de agosto de dois mil e vinte e quatro, na Ordem dos Advogados do Brasil-OAB/CE, sala Plenária, Av. Washington Soares, nº 800, Guararapes, Fortaleza - CE, foi realizada a 121^ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, CNDPI. Estiveram presentes: **Conselheiros(as) Governamentais** – Alexandre da Silva (MDHC); Joana Darc Freire Silva (MCID); João Luiz Andrade Filho (MCTI); Shirlei Correia Rodrigues (MINC); Marian Da Silva Queiroz Lima (MDS); Cleide Lemes da Silva Cruz (MIR); Ana Paula Pinto da Silva (MJSP); Amanda Anderson de Souza (MPS); Sérgio Luiz Rodrigues Pereira (MTE); Juliana Paula de Paiva Oliveira (MTur). **Conselheiros(as) da Sociedade Civil** – Arilda de São Sabbas Pucú (AME); Raimunda Goreth Assunção Espindola (ABRAz); Maria Betânia Jatobá de Almeida (ABRAz); Marlene Aparecida Gonçalves (APNS); Ana Carolina Neiva Gondim Ferreira Gomes (ANADEP); Isabel de Fátima Amorim Gonzalvez Lopizic (ANG Brasil); Alexandre de Oliveira Alcântara (AMPID); Graciliana Selestino Gomes da Silva (Coletivo Indígena Wakonã); Luiz Legnâni (COBAP); Adriana Pereira de Souza (CONTAG); Raphael Franco Castelo Branco Carvalho (CFOAB); Josias Neves Ribeiro (COFEN); Lucimar Batista da Costa (MORHAN); Sandra Regina Capana Michellim (PPI); Epitácio Luiz Epaminondas (SINTAPI, CUT); Marco Antônio Guilherme dos Santos (SINTAPI, CUT); Renata Marinho Pereira (SBGG); Rosângela Maria Lucinda (CFOAB). **Convidados** - Diane Quizado (CEDI/SEDIH); Isabel Ferreira (SEASIC); João Pedro de Macedo Silva (RN/STHAS); Clarisse Pall (CEDI/SEDIH); Joilma de Oliveira dos Santos (SEDH/PB); Margarida Gomes (CEDDPLPB); Stella Torelli (CEDIH); Deborah Jatahy (CMI/MA); Aleilton Santos (MP/MA); Felipe Rodrigues (CEDI/CE); Maria Alessandra (CMDC); Eulália Souza (CEPI); Maria Delian Gomes (CEPI); Lélia Araújo (CAPT); Marcos Barroso (CEDI-BA); Manuel Durval André (CEDIPI/SE); Gleci Sandro (CEDIPI/MA); Luis Alberto da Silva (S-CNDPI); Eliana Magalhaes Graça (S-CNDPI).

Abertura da Reunião: Pauta - Abertura e verificação do quórum; - 1. Aprovação da Ata da 5^ª Reunião Extraordinária; 2. Propostas de encaminhamentos das Comissões; 3. Papel do CNDPI na articulação da RENADI; 4. Apresentação Cultural; 5. 6^ª Conferência; 6. Debate sobre o Projeto de Lei nº 5363/2023, que cria o Conselho Tutelar da Pessoa Idosa; 7. Informes gerais; 8. Encerramento. **Dia 14/08/2024 - Manhã:** O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** deu início à reunião, saudando a todos os presentes. Em seguida, apresentou a jovem autora e palestrante Sra. Stella Torelli, destacando suas conquistas, que incluem a publicação de livros e seu papel como embaixadora e membro de diversas academias literárias. A Sra. Stella Torelli compartilhou sua trajetória como escritora, destacando o papel essencial da escrita no desenvolvimento de novas perspectivas e no empoderamento de vozes historicamente marginalizadas. Além disso, ressaltou a importância das academias literárias e das redes de apoio, nas quais exerce a função de embaixadora, para promover o acesso à cultura e à educação, com especial foco em jovens e comunidades em situação de vulnerabilidade. O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** informou que a ata da 5^ª Reunião Extraordinária havia sido disponibilizada online há cerca de 20 dias e solicitou a votação para sua

aprovação, a qual foi aprovada por unanimidade pelos presentes. O Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho anunciou uma alteração na pauta, decidindo antecipar o item 5, referente à 6ª Conferência, para o período da manhã. Esta mudança visava acomodar a participação dos conselheiros que precisariam se ausentar mais cedo devido a compromissos de viagem. Durante a discussão sobre a 6ª Conferência Nacional para o período da manhã, o Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho destacou que a Conferência tem sido priorizada para construir um processo conferencial de sucesso, democrático e inclusivo, que leva em conta a diversidade do envelhecimento no país e que o processo busca não apenas revisitar questões já abordadas em conferências anteriores, mas também trazer inovações. Com esse propósito, informou que foi criada a Comissão Organizadora para a Conferência, comprometida em garantir uma ampla participação e representação, promovendo discussões significativas e atualizadas. O Secretário Nacional Alexandre da Silva enfatizou a importância da Conferência, mencionando os desafios orçamentários enfrentados e a necessidade de garantir a participação de todos os grupos. Destacou a relevância de uma comunicação inclusiva e da representatividade para o sucesso da Conferência. A Coordenadora-Geral Eliana Magalhães Graça expressou compreensão quanto à angústia em relação ao processo, mas destacou que a Secretaria do Conselho está trabalhando para avançar conforme possível. Enfatizou a importância das conferências e a dedicação da equipe envolvida. Sequencialmente, o Secretário Nacional Alexandre da Silva ressaltou que as prioridades estabelecidas pelo Ministro Silvio Almeida incluem a ratificação da convenção e a realização das conferências. Mencionou a necessidade de garantir uma representação adequada, sugerindo que cada estado tenha uma representação proporcional aos seus grupos específicos, como povos indígenas e quilombolas. Logo após, o Conselheiro Epitácio Luiz Epaminondas destacou a necessidade de um alinhamento claro entre as agendas dos diversos grupos envolvidos nas conferências, a fim de garantir que os eventos reflitam adequadamente as diferentes realidades regionais. Ressaltou que a organização das conferências deve ser feita de maneira estratégica, levando em consideração as especificidades e as necessidades locais, para que todos os participantes se sintam devidamente representados. O Sr. Glecio Sandro, por sua vez, enfatizou a importância de assegurar que todos os segmentos da sociedade, especialmente os mais vulneráveis, tenham sua voz ouvida durante as conferências. Apontou que, para alcançar esse objetivo, as discussões devem ser conduzidas de forma inclusiva, com especial atenção à acessibilidade e à plena participação dos grupos marginalizados, garantindo que todas as perspectivas sejam devidamente consideradas nas deliberações. O Conselheiro Luiz Legnâni, reforçou a necessidade de maior transparência nas decisões orçamentárias, principalmente em relação aos cortes de recursos, para que todos compreendam claramente como essas mudanças impactarão a realização das conferências. O Conselheiro Alexandre de Oliveira Alcântara destacou a necessidade de uma resposta mais firme ao corte orçamentário, expressando indignação pela situação atual e sugerindo que o Conselho deve manifestar sua insatisfação. A Conselheira Maria Betânia Jatobá De Almeida enfatizou a urgência de garantir uma participação popular ampla nas conferências, ressaltando a importância de incluir as comunidades mais distantes dos grandes centros urbanos. Destacou que, para que as conferências cumpram efetivamente seu papel de representar a sociedade de maneira justa, é necessário um esforço deliberado para assegurar que essas populações marginalizadas tenham acesso à informação e possam participar ativamente dos debates. A Conselheira Arilda de São Sabbas Pucú, por sua vez, sugeriu a realização de um trabalho colaborativo entre as esferas governamentais e a sociedade civil, visando garantir o êxito das conferências. A Conselheira Amanda Anderson de Souza compartilhou sua experiência na organização de conferências, enfatizando a necessidade de garantir paridade e equidade. Sugeriu a inclusão de diversos segmentos e um recorte por microrregiões para assegurar uma representação justa e a equidade de gênero. Mencionou também recursos como o Programa Voa Mais Brasil e o Ministério do Turismo que podem ajudar na logística. A Sra. Delian Gomes mencionou que no estado da Bahia as conferências territoriais começarão após outubro. Destacou as dificuldades que poderão surgir devido às festas de fim de ano. Salientou que o tempo disponível para realizar todas as conferências desejadas é muito curto e que é necessário um debate equilibrado sobre a realização dessas conferências territoriais. O Sr. Marcos Barroso destacou a necessidade de garantir uma participação efetiva em todas as regiões, especialmente no Nordeste, devido às diferenças regionais e dificuldades enfrentadas. Defendeu a criação de conselhos tutelares onde os conselhos municipais não são efetivos, como uma possível solução para aumentar a efetividade e melhorar o atendimento às demandas locais. A Conselheira Graciliana Selestino Gomes da Silva

reforçou a necessidade de buscar recursos e manifestar as dificuldades relacionadas à falta de financiamento, enfatizando a importância do apoio das bancadas para viabilizar as conferências territoriais. Ressaltou ainda a necessidade de garantir uma participação equitativa de todas as regiões e segmentos sociais, além de destacar a importância de mostrar a relação entre as políticas estaduais e nacionais para uma abordagem mais integrada e eficiente. O Conselheiro Norivaldo Pereira de Lima Junior acrescentou que, além das dificuldades financeiras, a logística de reunir participantes em regiões distantes é um grande desafio, sugerindo a descentralização das conferências, de modo que sejam realizadas também em municípios de média ou terceira importância, facilitando assim a participação das comunidades locais e garantindo que as vozes de regiões mais afastadas sejam ouvidas. A Conselheira Lucimar Batista da Costa, enfatizou a importância de mobilizar entidades e conselhos, garantindo uma participação efetiva dos grupos e comunidades que não estão bem representados, destacando a necessidade de considerar a representatividade e a participação equitativa de todos os segmentos sociais, incluindo a participação de entidades que trabalham diretamente com as pessoas idosas, para garantir que suas vozes sejam ouvidas e suas necessidades atendidas. A Conselheira Juliana Paula de Paiva compartilhou as recomendações do relatório final do Grupo de Trabalho Interministerial da Secretaria Nacional de Participação Social sobre as experiências das conferências dos conselhos nacionais, destacando a dificuldade de reunir pessoas em regiões distantes e a importância de criar mecanismos para superar esse obstáculo, reforçando ainda a necessidade de descentralização das conferências para facilitar a inclusão de municípios menores e menos acessíveis. Em seguida, o Conselheiro João Luiz Andrade Filho também comentou sobre a importância de um planejamento estratégico para garantir que as conferências alcancem todas as regiões do país e envolvam de maneira efetiva os segmentos mais marginalizados, sugerindo a ampliação das formas de comunicação para assegurar que os convites e informações cheguem a todos os pontos do território nacional, incluindo áreas mais afastadas. A Conselheira Shirlei Correa Rodrigues destacou a necessidade de integrar mais as ações nos conselhos municipais com os conselhos estaduais e nacional, para criar um fluxo de informações mais fluido e eficiente, sugerindo ainda que fosse criada uma rede de apoio entre os diferentes níveis de conselhos para facilitar a troca de experiências e otimizar a resolução de problemas comuns. O Secretário Nacional Alexandre da Silva reforçou a importância do engajamento de todos os segmentos sociais e das diversas regiões do país para o sucesso das conferências, agradecendo a contribuição de todos os participantes e reafirmando o compromisso do governo em viabilizar as condições necessárias para uma participação ampla e inclusiva, com foco na equidade e na integração entre as políticas estaduais e nacionais. Por fim, o Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho apresentou para deliberação um requerimento da Comissão Especial do Rio Grande do Sul, solicitando a ampliação do prazo das atividades por mais 60 dias, com o objetivo de garantir mais tempo para a análise de propostas e a participação de todos os envolvidos no processo, que foi aprovado por unanimidade. **Dia 14/08/2024 – Tarde:** Na continuidade dos trabalhos, o Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho deixou registrado as justificativas de ausência na reunião dos Conselheiros e Conselheiras: Cristiano Lisboa, Henri Siegert, Ana Elenara e Ligia Iasmine. Seguidamente partiu para o ponto de pauta que trata dos encaminhamentos das Comissões Permanentes - **1. Comissão de Orçamento e Fundo** - O Chefe de Divisão Luis Alberto da Silva esclareceu um erro na alocação de recursos, indicando que uma emenda parlamentar foi erroneamente destinada ao Fundo Nacional do Idoso, quando deveria ter sido alocada à Secretaria competente. Assim, o recurso precisará ser devolvido e corretamente realocado. O Conselheiro Epitácio Luiz Epaminondas expressou preocupação com a alocação de recursos, destacando a necessidade de um maior acompanhamento das emendas parlamentares para evitar novos erros de destinação, sugerindo a criação de um mecanismo de monitoramento contínuo das alocações orçamentárias. A Coordenadora-Geral Eliana Magalhães Graça fez um apelo à transparência na gestão dos recursos públicos voltados para as políticas de proteção à pessoa idosa, defendendo que qualquer erro de alocação seja corrigido com agilidade para não prejudicar os projetos em andamento. O Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho recomendou o encaminhamento da situação a CONJUR do Ministério, para elaboração de um parecer e em seguida para análise da Comissão de Orçamento. **2. Comissão de Políticas Públicas e Comissão de Normas**, foi discutida a criação de uma nota entre as Comissões, referente ao Projeto de Lei nº 5363/23. A Conselheira Mirian da Silva Queiroz Lima informou que houve a necessidade de rever uma nota do Conselho de 2016, sobre a criação de Conselhos Tutelares do Idoso e elaborar uma nova nota a partir da

adequação da antiga. Explicou que a nota apresentada visava esclarecer as intenções por trás da proposta de tutela, afirmando que, embora a tutela seja vista por alguns como uma medida de proteção, a proposta estava sendo revisada para garantir que os direitos das pessoas idosas não sejam violados e que alternativas à tutela sejam exploradas para garantir a proteção sem comprometer a autonomia. O Conselheiro Luiz Legnâni também se manifestou sobre o tema, sugerindo que fosse incluída na discussão a possibilidade de criar mecanismos mais claros e ágeis de apoio às pessoas idosas em situações de vulnerabilidade, sem a necessidade de recorrer à tutela legal, e sim com alternativas que respeitem a autonomia e os direitos da pessoa idosa. Por sua vez, a Conselheira Rosângela Maria Lucinda enfatizou a importância de respeitar a autonomia e os direitos das Pessoas Idosas, discordando da proposta de tutela e propondo uma abordagem que preserve a dignidade e a autonomia dos mesmos. A Conselheira Ana Carolina Neiva Gondim Ferreira Gomes por sua vez, destacou a importância de se desenvolver um sistema de apoio às pessoas idosas que seja capaz de equilibrar proteção e liberdade, respeitando as peculiaridades de cada situação. O Sr. Aleilton Santos apoiou a fala da Conselheira Ana Carolina Neiva Gondim Ferreira Gomes, ressaltando a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e que envolvesse os próprios idosos na definição de políticas públicas que os afetassem. O Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho então sugeriu a votação para a elaboração de uma nota conjunta das Comissões de Normas e Políticas Públicas, com o intuito de tratar sobre o PL 5363/23 de criação de conselhos tutelares para a pessoa idosa e outros assuntos correlatos. A proposta foi aprovada por unanimidade pelos presentes. Na sequência, foi informado sobre a Carta de Fortaleza discutida até o artigo 10 no dia anterior, no Encontro com os Conselhos Estaduais do Nordeste e Municipais do Ceará. A Conselheira Arilda de São Sabbas Pucú apresentou uma proposta referente ao artigo 11 da Carta de Fortaleza, que havia sido anteriormente questionado. Após os devidos ajustes, a proposta foi aprovada, com a decisão de não especificar determinados equipamentos, conforme discutido previamente. Ato contínuo, o Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho anunciou o último ponto de pauta, sobre a Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa - RENADI, abordou a importância de rearticular a RENADI para fortalecer a rede nacional de proteção as pessoas idosas. Destacou que, apesar dos avanços em alguns estados, a estruturação da rede nacional ainda necessita de melhorias. O Conselheiro Alexandre de Oliveira Alcântara apresentou um panorama histórico, ressaltando que, até o século XVIII, o envelhecimento era tratado principalmente pela filantropia. Mencionou marcos significativos como a Lei Eloy Chaves de 1923 e a criação do INPS, além de eventos importantes como o Encontro Nacional de Idosos promovido pelo SESC em 1982, enfatizou que a RENADI deve ser um sistema integrado, com diversos subsistemas articulando-se para garantir os direitos das pessoas idosas, conforme a Constituição Federal. A Conselheira Maria Betânia Jatobá de Almeida também se posicionou, destacando a importância da RENADI não apenas como uma rede de proteção, mas como um espaço para a promoção de cidadania, saúde e inclusão para as pessoas idosas. A Conselheira Arilda de São Sabbas Pucú complementando, ressaltou que o fortalecimento da RENADI passa também pela valorização do trabalho realizado por conselhos municipais e estaduais, que são fundamentais para que os direitos das pessoas idosas sejam efetivamente cumpridos. A Sra. Deborah Jatahy compartilhou a experiência de sua cidade, São Luís, na organização da rede municipal. Desde 2006, a rede é dividida em categorias como coordenação, defesa, proteção e controle social, entre outras, explicou que a rede busca uma articulação horizontal, envolvendo todas as partes interessadas, e realiza reuniões anuais para avaliar e ajustar a rede. O Conselheiro Sérgio Luiz Rodrigues Pereira levantou a questão da acessibilidade no transporte público para as pessoas idosas, sugerindo que se discuta com órgãos responsáveis e engenheiros a adaptação dos ônibus às necessidades das pessoas idosas. O Conselheiro Luiz Legnâni sugeriu a criação de um documento para compartilhar boas práticas entre os conselhos estaduais e municipais, facilitando a troca de experiências e a implementação de melhores práticas em todo o Brasil. A Conselheira Marlene Aparecida Gonçalves apoiou a ideia, destacando que a troca de experiências pode ser um catalisador para a implementação de soluções mais eficientes em diversas localidades. A Conselheira Raimunda Goreth Assunção Espindola também se manifestou, mencionando a importância de garantir a inclusão social das pessoas idosas em todos os espaços, com uma atenção especial à acessibilidade nos ambientes urbanos e públicos. Na sequência, foram discutidos temas relacionados ao Grupo de Trabalho de Transportes, criado na última reunião. A Conselheira Renata Marinho Pereira fez uma breve introdução e expressou sua satisfação em receber todos em Fortaleza. Discutiu as questões abordadas pelo GT, como a acessibilidade nos ônibus e a educação dos motoristas, e

informou sobre uma futura reunião com a ANTT para discutir fiscalizações. Foi realizada uma votação sobre a proposta de distribuição da pauta da RENADI, para a Comissão de Articulação com Conselhos e Comunicação Social, a qual foi aprovada por unanimidade. O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** apresentou uma proposta sobre as deliberações da Comissão Organizadora da Conferência Nacional-CON, sugerindo a inclusão de propostas na reunião da CON no dia 21, para posteriormente realizar uma reunião extraordinária ou discutir na reunião ordinária de outubro. A proposta visa alinhar as competências da CON e do Conselho Nacional para a tomada de decisões. Foram abordados também temas relacionados ao G20 Social e ao Plano Clima Participativo, com a necessidade de apresentar propostas até 26 de agosto. **Encerramento da 121ª Reunião Ordinária – O Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** agradeceu a presença de todos os presentes e todas as contribuições realizadas pelos conselheiros e conselheiras, e declarou encerrada a 121ª Reunião Ordinária.

RAPHAEL FRANCO CASTELO BRANCO CARVALHO

Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa

Representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil



Documento assinado eletronicamente por **Raphael Franco Castelo Branco Carvalho, Usuário Externo**, em 24/02/2025, às 19:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no **§ 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020**.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **4675899** e o código CRC **960B42EA**.

Referência: Processo nº 00135.226740/2023-43

SEI nº 4001319